



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO - CAU/ES

ATA DA 17ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E CATORZE.

- 1 **Início:** 18h30min.....
- 2 **Término:** 22h10.....
- 3 **Local:** Auditório da Sede do CAU/ES, Rua Hélio Marconi, 58, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP:
- 4 29050-690.....
- 5 **Presenças:** Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho** (Presidente). **Conselheiros**
- 6 **Estaduais:** Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**, Arq. e Urb. **Aparecida Maria da Silva**
- 7 **Borges**, Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa**, Arq. e Urb. **Eduardo Pasquinelli Rocio**,
- 8 Arq. e Urb. **Eliomar Venâncio de Souza Filho**, Arq. e Urb. **Leandro Camatta de Assis** e
- 9 Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**. **Convidados:** Arq. e Urb. André Tomoyuki Abe
- 10 (conselheiro federal suplente). **Assessoria ao Plenário:** **Patricia Cordeiro**. **Secretaria:**
- 11 **Martins Mártins Angeli**. **Funcionários:** **Ana Lúcia Nascimento dos Reis**, **Anna Carolina**
- 12 **Perim Simonassi**, **Wiviane Lombardi Broco**, **Marciolinda Aguiar Boroto Pompermayer**,
- 13 **Debora dos Santos Rodrigues Borges**.....
- 14 **ITEM I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente e aprovação da pauta** – Constatado o
- 15 “quórum” regimental e após a execução do Hino Nacional, o presidente **Tito Carvalho**
- 16 declarou abertos os trabalhos. O presidente mencionou que desde a Sessão Plenária anterior
- 17 muitas coisas mudaram na Casa do Arquiteto. A área administrativa iniciou suas atividades e
- 18 o atendimento aos profissionais está previsto para a próxima semana. E que um dos pontos
- 19 de pauta é a inauguração da Casa do Arquiteto. Antes da aprovação da pauta, o presidente
- 20 **Tito Carvalho** sugeriu a mudança de ordem, antecipando o **ITEM V** sobre a Mostra Morar
- 21 Mais por Menos, já que existem arquitetos convidados que vão tratar do mesmo assunto. Não
- 22 havendo mais considerações, a pauta foi aprovada por unanimidade com a alteração
- 23 solicitada pelo presidente. **ITEM II – Aprovação da Ata da 2ª Sessão Plenária**
- 24 **Extraordinária do CAU/ES** – O Presidente **Tito Carvalho** submeteu a votação a aprovação
- 25 da ata da 2ª Sessão Plenária Extraordinária do CAU/ES, que trata do funcionamento do CAU
- 26 no novo endereço, e a mesma foi aprovada por unanimidade. Em relação à ata da 16ª Sessão
- 27 Plenária do CAU/ES, como não foi enviada com antecedência, o presidente **Tito Carvalho**
- 28 sugeriu que sua aprovação fosse colocada em votação na próxima Sessão Plenária. A
- 29 sugestão foi aprovada por unanimidade. **ITEM III - Mostra Morar Mais por Menos** – o
- 30 presidente **Tito Carvalho** informou que o CAU/ES recebeu um convite para participar da

31 Mostra Morar Mais por Menos, que acontece em Bento Ferreira, de 06 de maio a 15 de junho
32 de 2014. O ambiente fica logo na entrada da mostra, e não teria custo pelo espaço, somente
33 com publicidade. Que esse convite está alinhado com a definição do Conselho de estar
34 próximo das mostras de decoração e arquitetura de interiores, fazendo um trabalho de
35 fiscalização que não é simplesmente punitiva, mas que objetiva construir uma relação e um
36 entendimento da necessidade de um profissional. Para viabilizar a participação na Mostra,
37 dois conselheiros se envolveram diretamente: a conselheira Aparecida Borges e o
38 Conselheiro Eduardo Pasquinelli. O presidente passa a palavra à conselheira Aparecida
39 Borges para detalhar o processo. A conselheira **Aparecida Borges** explicou que a primeira
40 aproximação foi feita por meio da coordenadora de fiscalização e relações institucionais, Ana
41 Lucia Reis, e posteriormente um contato com o conselheiro Eduardo Pasquinelli, que trouxe
42 a proposta para o Conselho. E que ela se envolveu no processo por estar participando da
43 Mostra e ter relação com arquitetura de interiores. Chegaram à conclusão que a participação
44 do CAU/ES se faria viável se ficasse por conta do Conselho todo o projeto de comunicação,
45 e que seria convidado um profissional para desenvolver esse trabalho. A conselheira
46 **Aparecida Borges** disse que foram elencados alguns nomes, feita uma pré-consulta para
47 saber a disponibilidade e que o CAU/ES teve a felicidade de ter as meninas que estão
48 presentes nesta Sessão Plenária e serão apresentadas pelo presidente Tito Carvalho. E que
49 considerou importante a participação do Conselho, porque é a primeira oportunidade de estar
50 próximo do público que consome o produto arquitetura e urbanismo com consciência, que
51 procura um profissional, então se faz necessário mostrar que o profissional pertence a esse
52 Conselho e está habilitado, por uma legislação nacional, a executar esse trabalho. E que é o
53 momento de estar na Mostra. O presidente **Tito Carvalho** mencionou a importância dessa
54 ação ser do Conselho como um todo, não uma ação da presidência ou de uma comissão. E
55 o que define se uma ação é do Conselho ou não é a Sessão Plenária. Por isso, mesmo tendo
56 autonomia administrativa para tocar esse projeto, entendeu-se como importante trazer para
57 aval de todos os conselheiros. O presidente destacou que a fiscalização vai acontecer em
58 toda edição, não há novidade. E que este vai ser um momento de construção de um
59 relacionamento, de poder conversar com os profissionais arquitetos e também com os demais
60 profissionais que participam dessa cadeia, desde designer de interiores, engenheiros,
61 empreiteiros, e explicar qual é o papel do arquiteto. O presidente convidou então as Arquitetas
62 e Urbanistas Carolina Gumiere e Ana Elisa, indicadas pelo conselheiro Eduardo Pasquinelli,
63 para se apresentarem e falarem o que estão pensando desse processo. A arquiteta e
64 urbanista **Carolina Gumiere** disse que é formada há sete anos e recebeu o convite por meio
65 do conselheiro Eduardo Pasquinelli, e que já está em contato com a conselheira Aparecida
66 Borges para começar a pensar e incorporar o estudo do espaço. A arquiteta e urbanista **Ana**
67 **Elisa** também informou que tem sete anos de formada, que estudou junto com Carolina, e

68 que não têm experiência em mostras, que está sendo uma novidade. O presidente **Tito**
69 **Carvalho** mencionou que um outro conselho já teve participação em mostras. A Arquiteta e
70 Urbanista **Ana Elisa** informa que foi o Mato Grosso, e que eles fizeram um ambiente bem
71 institucional. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** falou que foi conversado na reunião de
72 Comissão sobre a Morar Mais e que esta é uma oportunidade ímpar. Que esse evento tem
73 algumas considerações que estão em voga no século XXI, e que este evento é o que se
74 aproxima mais da linguagem da arquitetura de interiores. O que falta agora é estabelecer
75 alguns conceitos e diretrizes do espaço para passar às profissionais. O presidente **Tito**
76 **Carvalho** ressaltou que a Casa do Arquiteto em breve vai inaugurar formalmente, e que ela é
77 na verdade uma grande forma de comunicação, uma ferramenta de construção de
78 relacionamento. Indica a conselheira Aparecida Borges para conduzir o processo e
79 representar o Plenário e a coordenadora de fiscalização e relações institucionais, Ana Lucia
80 Reis para construir o processo administrativo. Considerou, então, aprovada a participação do
81 CAU no evento, desejando bom trabalho às arquitetas. A conselheira **Aparecida Borges**
82 ressaltou que não está sozinha na participação de mostras, que no ano passado o Conselheiro
83 Eduardo Pasquinelli participou e esse ano o Conselheiro Eliomar Venâncio está presente com
84 um espaço cheio de conceitos diferentes, sustentáveis. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli**
85 sugeriu que seja agendada uma reunião para discutir os conceitos desse espaço. O
86 conselheiro **André Abe** disse que o espaço não existe sem conteúdo e esta vai ser uma
87 espécie de vitrine do CAU. As pessoas não vão ao CAU e sim o CAU vai estar lá. E aí é bom
88 pensar no que vai ser transmitido, pela conversa que o CAU vai ter com as pessoas que por
89 lá passarem, e pelo espaço físico. É preciso mostrar que “interiores” faz parte da arquitetura
90 também. Uma boa oportunidade para enaltecer o trabalho do arquiteto. O presidente **Tito**
91 **Carvalho** concordou com a opinião exposta. A conselheira **Aparecida Borges** afirmou que
92 gostou muito da frase “que o espaço não existe sem conteúdo”, e que isso pode nortear o
93 trabalho das arquitetas e urbanistas. Que a autoria é delas e a participação do CAU/ES é a
94 curadoria. Elas vão interpretar o CAU/ES dentro dessa linguagem de sustentabilidade,
95 customização, que são características da mostra. E que passou às profissionais que não se
96 trata de um escritório de atendimento, é um espaço de vitrine, muito institucional. Que vai se
97 falar com a sociedade e que o dever de casa mais importante é decidir o que comunicar a
98 esse público. Se será pelo folder do Conselho, ou na entrega de um bloco. Que gostaria que
99 a comunicação com o público não fosse de “só o arquiteto pode fazer e decorador não presta”,
100 já que há espaço para todo mundo. Que o CAU/ES fosse muito elegante e educado nessa
101 comunicação, porque o trabalho pode acontecer em parceria. O presidente **Tito Carvalho**
102 afirmou que como foi colocado que o espaço é institucional, que seria interessante além da
103 agenda da equipe do CAU, que se construísse alguma agenda dos conselheiros nesse
104 espaço, para estabelecer relações institucionais. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli**

105 menciona que o evento tem que ser planejado junto com o Conselho. Que o espaço é muito
106 agradável, que ele já participou no ano passado e que é um espaço que agrega, que vai ser
107 importante para o CAU. Que é importante definir, como elemento de concepção e conteúdo,
108 quais são os itens que estarão incluídos nesse espaço, já que as decisões alteram o projeto
109 que vai ser concebido. O presidente **Tito Carvalho** disse que um ponto de partida é a
110 campanha “Arquitetura e urbanismo promovendo uma vida melhor”. O presidente propôs um
111 outro ponto de pauta para debater, com a coordenadora de fiscalização e relações
112 institucionais, Ana Lucia Reis sobre um selo para dar visibilidade ao processo de fiscalização.
113 A coordenadora **Ana Lucia Reis** explicou que a proposta é firmar e mostrar à sociedade a
114 atuação do Conselho de uma forma que fosse visível a todos e que ficasse institucionalizada
115 a presença do CAU/ES, partindo da premissa que a fiscalização tem que promover suas ações
116 e dar notoriedade a elas e que isso envolveria tanto as pessoas físicas como pessoas jurídicas
117 que estivessem atuando dentro da mostra de decoração no Estado. A partir da campanha de
118 valorização profissional foi elaborado, em parceria com a Comunicação, o selo de
119 conformidade, que seria anexado no interior dos ambientes que estivessem dentro das
120 regularidades, que tivessem todos os RRTs de projeto e de execução. A coordenadora
121 apresentou o layout do selo, reforçando que a presença do CAU/ES estaria facilmente
122 identificada e que o ambiente estaria em conformidade com a Lei n.º 12.378/2010. O selo teria
123 um código, que seria o número atribuído a ele, juntamente com a data de emissão. O tamanho
124 proposto é de 15 cm de diâmetro. A gerente geral **Patricia Cordeiro** ressaltou que a
125 coordenadora de fiscalização e relações institucionais, Ana Lucia Reis apresentou a proposta
126 na reunião da Comissão de Exercício Profissional, que aprovou a ideia inicial e foi solicitado
127 um novo layout, desenvolvido em parceria com a comunicação. Mas que não foi deixada de
128 lado a solicitação da comissão para estender o selo de conformidade a outras atividades. A
129 conselheira **Aparecida Borges** questionou se houve uma conversa com a organização da
130 mostra, se vai poder afixar o selo. E que a proposta é boa durante a obra, mas não com o
131 espaço pronto. A coordenadora de fiscalização, e relações institucionais, **Ana Lúcia** explicou
132 que o selo vai ser afixado em todos os ambientes que vão ser fiscalizados, e que isso vai ser
133 uma prerrogativa do Conselho, de ir lá e afixar o selo. Que não vai ser disponibilizado para
134 ninguém, já que existe um número específico de controle. A conselheira **Aparecida** reafirmou
135 a dúvida: se o selo vai ser afixado sem a autorização da organização da mostra. E explica
136 que apesar de ter adquirido o espaço existem regras de só poder afixar nas paredes créditos,
137 autorias, em espaço pré-estabelecido. Então para o selo acontecer teria que ser negociado
138 com a mostra. E que gostaria de ter o selo em seu espaço, mas não concorda com o tamanho
139 proposto, acha muito grande. O presidente **Tito Carvalho** disse ser fundamental a abertura
140 dessa negociação. A coordenadora de fiscalização **Ana Lúcia Reis** concordou com a opinião
141 da Conselheira Aparecida de que o reconhecimento é um “plus”. Que o Conselho está

142 reconhecendo que aquela atividade ali é exercida por um profissional habilitado, tecnicamente
143 capacitado, reconhece que aquilo está em conformidade com a Lei. O conselheiro **Eliomar**
144 **Venâncio** disse que são dois momentos distintos, um é o da obra. Ele exemplificou que
145 começou uma obra de uma casa de 85 m², e que como tem orgulho de pertencer ao Conselho,
146 adoraria ter o selo pregado na parede, já que tem todos os RRTs recolhidos. E acredita que
147 o selo na mostra, tendo uma circulação de profissionais muito grande, vai ser uma ponta de
148 lança do Conselho lá dentro. “Por que que ele tem a plaquinha e eu não tenho?” E que é uma
149 questão de negociação. A assessora de comunicação **Anna Carolina Perim** destacou que o
150 selo não precisa interferir no ambiente em si, como todo ele tem uma assinatura com
151 especificação técnica e a foto do profissional, esse selo pode estar atrelado à assinatura,
152 porque fica mais uma informação técnica, é claro com o acordo da organização. A conselheira
153 **Aparecida Borges** mencionou o padrão engessado da franquias, e ressaltou que é preciso um
154 acordo. E que na obra acredita que não haveria restrições para o selo. A coordenadora **Ana**
155 **Lucia** enfatizou que a publicidade que foi pensada é para o público em geral que vai para a
156 mostra, para que ele saiba que o ambiente é uma produção de um arquiteto e urbanista. O
157 conselheiro **Eduardo Barbosa** comentou sobre o layout, que achou o selo de conformidade
158 muito óbvio, e pergunta se era preciso ter escrito “selo de conformidade” porque ficou muito
159 poluído. A gerente geral **Patrícia Cordeiro** lembrou que o primeiro selo apresentado à
160 comissão tinha um brasão de fundo numa marca d’água, e a própria comissão sugeriu limpar
161 um pouco, e o conteúdo do selo foi enxugado. A conselheira **Aparecida Borges** defendeu
162 que mais à frente a palavra selo poderá ser retirada, mas em um primeiro momento tem que
163 ser explícito. E sugeriu que em vez de “ambiente em conformidade” teria que ser “espaço” ou
164 então não ter, o “ambiente”. O presidente **Tito Carvalho** pediu foco na discussão, informando
165 que existe um ponto de pauta que é a contribuição sobre a resolução que trata de publicidade,
166 que está sendo construída, e que isso está sendo antecipado. E sugeriu que o foco seja na
167 discussão do selo para eventos como este. O conselheiro **Eduardo Barbosa** concordou que
168 a palavra selo seria importante, mas acha demais constar “conformidade”. A conselheira **Ana**
169 **Paula Lyra** reforçou a fala da conselheira Aparecida Borges, de que vão estar consumidores
170 na Mostra. E que o selo de conformidade vai demonstrar para as pessoas que o “arquiteto e
171 urbanista tem que atender a várias coisas”. Isso vai ajudar a despertar nas pessoas o respeito
172 pelos profissionais. A conselheira **Aparecida Borges** sugeriu em vez de “selo de
173 conformidade” o termo “ambiente em conformidade”, mas defende que a palavra
174 conformidade tem que continuar. A gerente geral **Patrícia Cordeiro** lembrou a todos que foi
175 feita uma discussão anterior sobre o termo a ser usado: “obra”, “ambiente”, “serviço” ou
176 “projeto”, e que nessa discussão definiu-se abolir o nome da atividade porque um único selo
177 serviria para várias atividades. E que, independente do selo, julga que foi um grande avanço
178 a relação com a lamonde. Que houve resistência no início, mas que o CAU/ES se colocou à

179 disposição para uma parceria. Até para agilizar alguns processos de registro para que a
180 lamonde não perdesse a venda do espaço. O presidente **Tito Carvalho** propõe colocar em
181 votação para que seja definido se haverá ou não a ação do selo e que o layout e conteúdo
182 sejam definidos pela comissão profissional, a partir das contribuições que foram feitas hoje.
183 O conselheiro **Eduardo Barbosa** disse que duas coisas fortes precisam ser comunicadas
184 pelo selo: o ambiente em conformidade com a lei e o CAU. O conselheiro **André Abe**
185 considerou que o selo tem uma responsabilidade muito grande. Que no primeiro momento as
186 pessoas vão ler esse selo, depois seria desejável que bastasse olhar o selo e falar “essa obra
187 está”, então a mensagem tem obrigação de colar efetivamente na memória das pessoas.
188 Levantou a dúvida se o selo deve ter data de validade, porque vai ficar tão valorizado que vão
189 começar a reciclar esse selo. O presidente **Tito Carvalho** diz que o principal é o brasão e o
190 CAU. Que o que diferencia de instituições anteriores é o brasão, que concede poder de polícia,
191 e que isso tem que “gritar” em tudo que é feito. A coordenadora de Fiscalização e relações
192 institucionais, **Ana Lúcia Reis** comentou sobre o selo ser replicado e utilizado indevidamente,
193 que não haveria esse problema porque a proposta é confeccionar o selo em material que
194 danifique ao ser removido. A chefe de gabinete **Márcia Angeli** sugeriu que o selo esteja
195 exposto no espaço do CAU, explicando o que ele é, para quando o visitante chegar no
196 ambiente já saiba do que se trata. O presidente **Tito Carvalho** submeteu a votação e
197 aprovação o uso do selo em caráter experimental na mostra e a proposta é aprovada por
198 unanimidade. **ITEM IV – Feira do Mármore** - O presidente **Tito Carvalho** informou que o
199 CAU/ES foi convidado a ter um *stand* na Feira do Mármore, dez dias antes da feira acontecer.
200 O *stand* era sem custo e o Conselho produziu às pressas o folder apresentado aqui aos
201 conselheiros. A participação deu visibilidade ao Conselho, já que existe um grande público de
202 empresários e de alguns arquitetos e urbanistas que frequentou o evento. O presidente **Tito**
203 **Carvalho** relatou aos conselheiros a presença do presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro
204 Villar de Queiroz no Estado nesta data. Que o mesmo concedeu entrevista ao telejornal Bom
205 Dia Espírito Santo e participou da abertura oficial da Feira, tendo assinado um convênio de
206 cooperação com o SINDIROCHAS. E que toda essa programação não foi comunicada ao
207 CAU/ES. Que a vinda dele ao Estado foi informada apenas dez dias antes, quando foi feito o
208 convite para o CAU/ES participar do evento. E que esse constrangimento e insatisfação foram
209 relatados ao conselheiro Federal Anderson Fioreti. O presidente informou que na segunda-
210 feira última, no Fórum de Presidentes, o presidente Haroldo solicitou um momento para
211 conversar e o CAU/ES pôde externar a indignação com o ocorrido, mencionando o
212 “desrespeito aos arquitetos capixabas e ao CAU Espírito Santo, tendo o presidente do
213 CAU/BR, Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz se justificado e se desculpado informando que
214 cancelaria o termo de cooperação para que envolvesse o CAU/ES, caso ele tivesse interesse.
215 E se colocou à disposição para vir ao Espírito Santo explicar aos conselheiros a situação e

216 pedir desculpas pessoalmente. O presidente **Tito Carvalho** informou que de fato a o CAU/ES
217 estava negociando uma série de questões com o SINDIROCHAS, que envolviam também o
218 SEBRAE, e que de repente eles sumiram. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** sugeriu tirar o
219 que há de melhor da situação e aproximar o presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro, nem
220 que seja por constrangimento. Em relação ao SEBRAE, informou que está desenvolvendo,
221 junto com o conselheiro Eliomar Venâncio, a nova sede do SEBRAE, e por consequência
222 disso tem reuniões com a diretoria constantemente e que pode contribuir com este contato,
223 se o CAU/ES precisar. A conselheira **Aparecida Borges** disse que o presidente do CAU/BR
224 Haroldo Pinheiro deveria realmente desfazer o convênio, e que ele deveria ser refeito com o
225 CAU/ES. O presidente **Tito Carvalho** concordou que tem que ser desfeito. E quanto ao
226 SEBRAE, diz ao conselheiro Eduardo Pasquinelli que a ajuda é importante e bem-vinda. A
227 conselheira **Aparecida Borges** sugeriu que o presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro
228 respondesse oficialmente, por escrito, a retratação, para que seja passada a todos os
229 conselheiros, e que posteriormente viesse pessoalmente ao Estado para se desculpar. O
230 presidente **Tito Carvalho** achou a ideia de solicitar uma retratação por escrito oportuna. **ITEM**
231 **V - Conferência e Congresso** - O Presidente **Tito Carvalho** passou a palavra para a gerente
232 geral **Patricia Cordeiro** que tem alguns informes rápidos, importantes, já que a comitiva que
233 vai participar da Conferência e do Congresso precisar conhecer a Resolução CAU n.º
234 47/2013, que estabelece as obrigações dos conselheiros para fazer parte de qualquer
235 convocação pelo CAU. A gerente geral **Patricia Cordeiro** informou a todos que estão em
236 situação regular junto ao conselho tiveram suas inscrições do Congresso efetuadas, mas que
237 as inscrições da Conferência cabem a cada participante, tendo sido todos informados por e-
238 mail no dia 13 de março. Outra questão é que as passagens também já foram emitidas e
239 enviadas para os e-mails dos conselheiros. Outra informação são as diárias, que de acordo
240 com essa resolução têm que ser depositadas um dia antes da viagem. Que a coordenadora
241 administrativa e financeira Wiviane Broco vai entrar em contato com quem ela ainda não tem
242 o número da conta para que esse depósito seja feito até essa data. A hospedagem fica a
243 critério e de responsabilidade de cada participante. Mas o CAU/ES fez reservas no Hotel
244 Comfort, em Fortaleza, e esse hotel foi o indicado pelo CAU/BR. Essas reservas precisam de
245 confirmação. A confirmação tem que ser feita até amanhã e os valores devem ser pagos por
246 cada Conselheiro. Mas que não justifica pagar mais caro, porque agora o valor não é mais o
247 mesmo, para uma conselheira que não está em pleno exercício da atividade. O presidente
248 submeteu a compra das passagens a votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade.
249 O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** faz um pedido para inversão de pauta, adiantando o ITEM
250 IX – Processo nº 31/2014 (SMP), o que foi aprovado. **ITEM VI - Processo nº 31/2014 (SMP)**
251 – O presidente **Tito Carvalho** solicitou ao conselheiro Eduardo Pasquinelli que relate o
252 assunto. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** explicou que o Salário Mínimo Profissional

253 (SMP) foi discutido na penúltima reunião de Comissão de Exercício Profissional e também
254 numa reunião extraordinária realizada hoje sobre a equivalência em horas do salário, e sobre
255 a questão do funcionalismo público que tem algumas restrições legais. Informa que a
256 Comissão solicitou à gerente geral Patricia Cordeiro que desse encaminhamento, e ela fez
257 um questionamento a assessora jurídica Sandra Grechi que redigiu um documento de todos
258 os itens e com todas as considerações. Passou a palavra à gerente geral **Patricia Cordeiro**
259 que esclareceu ser uma tabela o documento que compõe o processo em que foi solicitada a
260 aplicabilidade da Resolução CAU nº 38/2012, acrescentou que foi questionado se o
261 profissional que é contratado para trabalhar com uma carga horária inferior a seis horas diárias
262 e recebe proporcionalmente, e se o profissional funcionário público, independente da carga
263 horária, não recebe o previsto pela citada resolução, se nestes casos a resolução ainda é
264 aplicada. Informou que já havia solicitado um parecer técnico ao CAU/BR desde outubro de
265 2013, até agora sem retorno, e que somou a esse processo o parecer jurídico do CAU Santa
266 Catarina, do CAU Rio Grande do Sul e da assessoria jurídica do CAU/ES. Informou que o
267 levantamento feito pelo CAU/ES é importante para entender o processo. De cento e dezesseis
268 solicitações de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT de cargo e função em 2012,
269 oitenta e cinco foram “indeferidos”, estão em *stand by*. Desses oitenta e cinco, quinze são de
270 iniciativa pública e setenta de iniciativa privada. Desses 85, 58 atendem a proporcionalidade
271 salarial, ou seja, se a pessoa trabalha três horas recebe o equivalente a três salários, e não
272 seis como manda a Resolução. Esclarece que a Lei nº 4950-A/1966 estabelece que atividades
273 que exijam seis horas de trabalho devem receber seis salários mínimos. Já a resolução do
274 CAU diz que atividades *até* seis horas [...], o que elimina a proporcionalidade. E diz que em
275 2013 não mudou: 73% das solicitações de RRT de cargo e função estão paradas, sem
276 deferimento, das sessenta e seis solicitações, quarenta e três não atendem, mas 39
277 atenderiam dentro da proporcionalidade. Isso acaba prejudicando o profissional. O presidente
278 **Tito Carvalho** contextualizou o tema informando que essa proporcionalidade é adotada em
279 vários Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREAs, inclusive no CREA Espírito
280 Santa. Explicou que em um primeiro momento no cadastro de empresa havia se entendido
281 que poderia adotar por similaridade a questão da proporcionalidade e foram feitos alguns
282 registros de cargo e função nesses moldes. Quando veio a resolução do salário mínimo foi
283 visto que havia uma intenção clara de não permitir isso, e o CAU/ES passou a não deferir.
284 Esclareceu que o Conselho não quer indeferir, mas é preciso construir a viabilidade disso, por
285 isso tem feito um movimento junto ao CAU/BR, por meio do conselheiro federal Anderson
286 Fioreti, para que isso se torne viável. Só que essa realidade ainda não está viável no Espírito
287 Santo e o CAU/ES têm recebido ligações de profissionais que estão perdendo emprego por
288 conta disso. Foi argumentada essa questão com o coordenador da Comissão de Exercício
289 Profissional do CAU/BR, Antônio Francisco de Oliveira, que informou que havia a

290 possibilidade de fazer uma revisão na Resolução mais para o final do ano, se essa fosse uma
291 situação de outros estados também. Foi feita também uma cobrança ao presidente do
292 CAU/BR Haroldo Pinheiro sobre essa questão e ele informou da intenção de fazer uma revisão
293 dessa normatização para que trouxesse pelo menos essa flexibilização. E que o presidente
294 Haroldo falou que iria fazer um levantamento, falar com outros presidentes, para se houver
295 um alinhamento ele mesmo colocar em pauta. Está terminando o prazo de recadastramento
296 das empresas, e é preciso definir. Ressaltou que o CAU/ES tentou construir uma alternativa
297 com embasamento legal que desse suporte para registrar as empresas, pois considera que é
298 melhor ter o arquiteto registrado, mesmo que nessa situação de trabalho que não é ideal, pois
299 se ele for a justiça ele provavelmente vai ganhar. O que não se pode é inviabilizar essa
300 relação. Então esgotou-se tudo que era possível e a única alternativa é o CAU Espírito Santo
301 tomar uma posição própria como alguns outros CAUs estaduais, enquanto essa discussão
302 continua nacionalmente, porque existem vários questionamentos a respeito dessa resolução
303 do salário mínimo. A gerente geral **Patricia Cordeiro** mencionou que o assunto não trata
304 exclusivamente da carga horária e solicita à assessora Jurídica Sandra Grechi que explique
305 o tema. A assessora Jurídica **Sandra Grechi** explicou que são dois assuntos no parecer. O
306 primeiro trata da jornada inferior a seis horas com salário mínimo proporcional. Que o
307 entendimento do CAU/ES é com base na legislação e na jurisprudência. Trabalhou duas
308 horas, recebe o salário proporcional às duas horas, com cálculo a partir de uma regra de três
309 simples. A jurisprudência é pacificada nesse sentido e não tem problema nenhum. O outro
310 ponto são os funcionários públicos. Existem órgãos públicos a exemplo de fundações que têm
311 os dois regimes de contratação. O estatutário e o CLT. Então é difícil, por exemplo, exigir de
312 todo mundo, pois cada município tem uma lei específica. A Constituição diz que o poder
313 público constituído pelas esferas federal, estadual e municipal tem legislações específicas na
314 contratação de pessoal. Tanto assim que a maioria faz concurso e no caso de fundações ela
315 também contrata pelo regime das CLT. Então a conclusão da assessoria jurídica é a seguinte:
316 toda vez que um funcionário público for contratado sob o regime da CLT ele está alcançado
317 pela lei. Quando não for CLT, a lei não o alcança. Então vai ser fácil fazer a análise se essa
318 for a conclusão do Conselho. Porque o município, o estado e a União têm legislações
319 específicas, e não cabe ao CAU exigir que eles cumpram a lei n.º 4.950-A. O presidente **Tito**
320 **Carvalho** informou que fez contato com um presidente de Sindicato dos Arquitetos e
321 urbanistas no Estado do Espírito Santo – Sindarq-ES para solicitar posicionamento sobre o
322 assunto. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** informou que quando foi aprovado o
323 piso do funcionalismo público, foi dada entrada pelo governo a pedido do presidente da
324 República Costa e Silva, e que ele achava que era um absurdo o funcionalismo público
325 receber um salário “daquele tamanho”, que ia quebrar o País. O governador do Distrito Federal
326 entrou com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo em relação a esse artigo. Isso

327 ficou suspenso, sob judicium, até que a decisão do Supremo foi de 11 a zero, não cabendo
328 recurso ao funcionalismo público. Quem provocou essa Lei foram os funcionários públicos,
329 que conseguiram tramitá-la no Congresso e aprová-la. Mas a partir do momento que o
330 Supremo aprovou, votou e garantiu inconstitucionalidade do artigo e o funcionalismo público
331 foi retirado da Lei. “Nós não estamos incluídos na Lei do Salário Mínimo Profissional, eu digo
332 nós porque eu também sou funcionário público”. Então funcionário público não tem direito. O
333 que a assessora jurídica Sandra Grechi disse ser correto. Se o funcionário é do regime
334 celetista ele tem direito, mas há controvérsias, só que como ela disse há jurisprudência para
335 tudo. Então tem tribunais que dão ganho ao celetista e tem tribunais que não dão. Agora o
336 estatutário não tem ponto de disputa. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** comentou que foi
337 muito bom ouvir as palavras da assessora jurídica Sandra Grechi e do conselheiro José Carlos
338 Neves Loureiro para contextualizar melhor a situação. E que precisa ficar claro que o
339 Conselho vai bater de encontro com o CAU/BR nesse aspecto, especialmente com a
340 Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR. E que essa postura do CAU/ES está de
341 encontro aos interesses dos arquitetos do Espírito Santo. O presidente **Tito Carvalho** diz que
342 realmente o CAU/ES está indo contra uma parte do CAU/BR, pois tem um grupo que é a favor
343 do que se está propondo, e outro que é contra. “Só que quem está aqui tomando pressão e
344 tem que tomar decisão é o CAU/ES, ou seja, não nos cabe mais esperar a decisão de
345 ninguém, porque os arquitetos estão aguardando.” A gerente geral **Patricia Cordeiro**
346 exemplificou que um profissional estava prestes a perder o emprego, e a empresa falou que
347 ia contratar um engenheiro. Ele foi orientado a registrar a questão na Ouvidoria do CAU/BR,
348 que remeteu a reclamação ao CAU/ES. A questão foi devolvida à Ouvidoria com solicitação
349 para que encaminhasse à Comissão de Exercício Profissional – CEP-CAU BR, já que não
350 cabe ao CAU/ES questionar a Resolução. O presidente **Tito Carvalho** informou que em uma
351 reunião de Fórum de Presidentes assistiu uma palestra do membro da Comissão de Exercício
352 Profissional Cesar Dorfman, do Rio Grande do Sul, que é partidário de uma legislação rígida.
353 “E eu perguntei para ele se ele já tinha recebido telefonema de alguém que estava para perder
354 o emprego por conta da legislação. E ele obviamente ficou quieto, é muito fácil falar em
355 hipóteses quando você não está lidando com um profissional próximo, então acho que essa
356 é uma decisão muito séria que o CAU/ES deve assumir”. O conselheiro **José Carlos Neves**
357 **Loureiro** disse que essa questão afeta diretamente o Sindarq-ES e que tem recebido várias
358 reclamações sobre isso e as encaminha, explicando a situação e que o sindicato não pode
359 fazer nada. Mas acredita que a Comissão do CAU/ES está correta, que concorda plenamente
360 com o parecer da assessora jurídica Sandra Grechi, que há respaldo legal para derrubar essa
361 resolução do CAU/BR. O presidente **Tito Carvalho** submeteu a questão em votação, com
362 base no parecer da Assessoria Jurídica, e é aprovado por unanimidade. E solicitou a
363 assessora jurídica Sandra Grechi que fale sobre a questão da Faculdade Nacional - FINAC.

364 A assessora jurídica **Sandra Grechi** disse que este é um processo em que o CAU não é parte,
365 mas que recebeu um ofício do juiz para que informe a atual situação dos autores, que são
366 quatro ou cinco egressos da FINAC. A União Federal e a Universidade Federal do Espírito
367 Santo - UFES são as réis no processo, mas a União Federal tentou sair do processo dizendo
368 que não era parte legítima, mas o juiz na decisão disse o contrário: “A União Federal por seu
369 turno merece compor a lide, haja vista que é por sua causa, por intermédio dos seus agentes
370 que a situação de regularização do curso superior realizados pelos autores ainda estão em
371 análise.” O juiz determinou no final da decisão: “A ré União Federal deverá apresentar a este
372 juízo em dez dias após a intimação dessa decisão cópia reprográfica do processo
373 administrativo atualizado em trâmite perante o Ministério da Educação - MEC ou órgão
374 equivalente relativo ao reconhecimento/autorização/funcionamento do curso superior
375 realizado pelos autores, informando as razões do atraso informado nestes autos.” E que nesse
376 período em que está no CAU/ES não existe nenhuma ação contra o CAU que viesse a ré a
377 União Federal. Não foi sensatez do juiz, foram os autores que entraram contra a União
378 Federal. A conselheira **Ana Paula Lyra** informou que na reunião da Comissão de Ensino
379 realizada hoje foi solicitado que a Assessoria Jurídica redija um documento ao MEC para que
380 este suspenda a abertura de novas vagas enquanto a Instituição não providenciar sua
381 regularização para seu reconhecimento. **ITEM VII – Contribuições à resolução sobre**
382 **publicidade** - O presidente **Tito Carvalho** informou que o CAU/BR está respondendo uma
383 solicitação do CAU/ES de que muitas resoluções são feitas sem que haja um amadurecimento
384 dos plenários estaduais. Explicou que em relação à publicidade, que é um tópico que aparece
385 inclusive na própria lei, foi encaminhada uma proposta de resolução solicitando que quem
386 quisesse, acrescentasse algum tipo de comentário. Foi repassado à Comissão de Exercício
387 Profissional que solicitou que fosse encaminhado a todos os conselheiros. E que é importante
388 que todos avaliem e se construa alguma proposta do CAU/ES. O conselheiro **Eduardo**
389 **Pasquinelli** disse que leu a Resolução, mas não tem nada a acrescentar. A gerente geral
390 **Patricia Cordeiro** informou que foi dado um prazo aos conselheiros para encaminharem suas
391 contribuições ao texto, mas que não houve nenhuma contribuição. O conselheiro **Eduardo**
392 **Pasquinelli** sugeriu que a Resolução seja divulgada para as agências de publicidade do
393 Estado, para que tenham ciência ao fazerem suas propagandas nas edificações. A conselheir.
394 **Aparecida Borges** opinou que a Resolução deveria ser mais explícita quanto às obras de
395 interiores, mostras e eventos, mencionando como o profissional deve usar a titulação nesses
396 casos. Outra coisa é que essa Resolução pudesse ser mais clara sobre o crédito a ser dado
397 em obras construídas acima de “x metros quadrados”, em uma obra pública, um edifício
398 comercial, por exemplo, e que houvesse obrigatoriedade de estar lá gravado no chão, na
399 placa de bronze. Que a Resolução pudesse sugerir isso, incentivar. O presidente **Tito**
400 **Carvalho** solicitou que a conselheira Aparecida Borges repasse esses tópicos para formalizar

401 e transformar tudo em uma proposta. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** sugeriu que a
402 conselheira Aparecida Borges participe da reunião a ser realizada no dia primeiro de abril para
403 discutir as propostas. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** achou todas as colocações
404 da conselheira Aparecida Borges perfeitas, e acredita que valha a pena fazer essa colocação.
405 O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** sugeriu encaminhar um e-mail ao CAU/BR informando
406 que a comissão vai se reunir no dia primeiro e se ainda houver tempo hábil vai enviar as
407 considerações. **ITEM VIII – Relatório do 1º Bimestre de 2014** – O presidente **Tito Carvalho**
408 solicitou a elaboração de um relatório para avaliação interna dos meses de janeiro e fevereiro.
409 E que depois, o mês de março será acrescentado e o documento será enviado por e-mail a
410 todos os conselheiros. A gerente geral **Patricia Cordeiro** apresentou os dados: nos
411 demonstrativos de RRTs elaboradas em 2013, na Grande Vitória, o número maior de RRTs
412 tem sido na Serra, mais do que Vitória e Vila Velha. E que o número de RRTs pagos foi de
413 10.700. O presidente **Tito Carvalho** observou que aproximadamente 30% dos RRTs são
414 emitidos e não pagos. E que é preciso analisar por que isso acontece: “por erro? Tentativa de
415 burlar alguma aprovação?” O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** disse que havia percebido
416 essa jogada no antigo conselho: o profissional emite um RRT, coloca o comprovante com
417 vencimento futuro, dá entrada aos processos e cancela o agendamento depois. O presidente
418 **Tito Carvalho** diz que isso é uma questão ética grave. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli**
419 sugeriu também fazer essa pesquisa para descobrir o nome desses profissionais. A chefe de
420 gabinete **Marcia Angeli** comentou que o que mais tem acontecido é o profissional dar o RRT
421 para o cliente pagar e ele agenda o pagamento para 30 dias, mas o cliente nunca chega a
422 efetuar o pagamento, explicou que tem orientado o profissional a incluir o valor do RRT no
423 seu orçamento. A gerente geral **Patricia Cordeiro** informou que em 2013, dos RRTs emitidos,
424 77% foram pagos e 23% não foram pagos, isso indica que a diferença entre pessoa física e
425 jurídica é muito elevada. Em 2013, de abril a dezembro, foram 13.800 RRTs e agora em 2014,
426 3.689. Então isso também é bem significativo. A conselheira **Aparecida Borges** sugeriu que
427 deveria existir uma maneira de cancelar o RRT não utilizado. Sugeriu ainda que deveria haver
428 um RRT simplificado para arquitetura de interiores, já que o preenchimento ocupa muito
429 tempo. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** sugeriu que a Comissão de Exercício Profissional
430 elabore um documento sugerindo um RRT simplificado no caso de obras de metragem
431 pequena. O presidente **Tito Carvalho** julgou a proposta importante para estimular o grupo
432 que trabalha com arquitetura de interiores. A gerente geral **Patricia Cordeiro** lembrou que
433 antes só era possível imprimir o RRT depois da compensação bancária. Isso gerou
434 insatisfação e foi retirado, mas resolveria parte dos problemas. A conselheira **Aparecida**
435 **Borges** também coloca expõe outra questão que deveria ser mudada no sistema: só é
436 possível fazer RRT de coautoria quando o RRT do autor principal tem compensação bancária.
437 O presidente **Tito Carvalho** fez uma consideração sobre os RRTs derivados, que

438 representam 28% do total e que não trazem receita para o Conselho, somente custo. A
439 gerente geral **Patricia Cordeiro** ressaltou que grande parte das pessoas que emitem esse
440 derivado vai demandar também outro serviço, que não gera receita, que é o Retificador. O
441 presidente Tito Carvalho registrou que é importante saber esse dado e ter uma noção de que
442 nem todo trabalho tem uma receita que o sustente. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli**
443 observou que o número de RRTs Extemporâneo (33%) é igual ao de RRT Simples. O
444 presidente **Tito Carvalho** disse que essas análises são bastante relevantes. Disse que após
445 o treinamento de egressos para solicitação do primeiro registro, esses processos não
446 apresentaram diligência, pois estavam corretos. E que isso deve se refletir no preenchimento
447 futuro de RRT desses profissionais. E que o CAU/ES está levantando alguns dados para
448 começar a ver quais são as questões relevantes: Qual o volume de demandas mensal e
449 quanto são absorvidos pela área de análise. Ou seja, É preciso aumentar a equipe? Não
450 precisa aumentar? O quanto? Outro dado alarmante é que de 66 solicitações de análise em
451 um mês, foram geradas 166 análises. Ou seja, vários foram analisados mais de uma vez. E
452 foi identificado que o atestado era a maior parte do problema e isso passou a ser comunicado,
453 um modelo de atestado foi enviado aos profissionais, para evitar esse retrabalho. A gerente
454 geral **Patricia Cordeiro** destacou que existem tutoriais disponíveis no site do CAU/ES e quem
455 entra em contato por telefone com dificuldades recebe o documento por e-mail para auxílio.
456 E que o treinamento de RRT foi feito no laboratório da Multivix, incluindo a parte de solicitação
457 de registro, para quatro turmas de profissionais e o resultado foi muito positivo. E a ideia é dar
458 continuidade aos treinamentos no auditório do CAU/ES, com equipamentos próprios que
459 serão adquiridos em licitação. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** destacou que existem
460 vários públicos: os que buscam orientação por conta própria, no site, e outros que querem
461 aproximação. **ITEM IX - Resolução CAU n.º 47/2013 - Prestação de Contas** - O presidente
462 **Tito Carvalho** comentou que existe uma dificuldade muito grande em construir relatórios com
463 o SICCAU. Que é uma das reclamações gerais. E que agora o CAU/ES conseguiu construir
464 um relatório consolidado de receitas e despesas e analíticos que será apresentado pela
465 coordenadora administrativa e financeira **Wiviane Lombardi Broco** que relatou que foi
466 realizado um levantamento de pessoa física e pessoa jurídica. Analisando o ano de 2013, em
467 janeiro foi o pico maior de arrecadação da anuidade de pessoa física. Enquanto em 2012 este
468 valor ocorreu em março, abril e maio. Explica que o dado sugere que esse ano os profissionais
469 optaram por pagar a anuidade em janeiro. Para pessoa jurídica a arrecadação foi baixa. Então,
470 a arrecadação foi de 211 mil para pessoa física e aproximadamente 11 mil para pessoa
471 jurídica. Informa que serão realizados levantamentos em relação a RRT também para fazer
472 um acompanhamento mensal onde será possível identificar e fazer os apontamentos
473 necessários de arrecadação, analisando possíveis aumentos e reduções e suas causas. E o
474 total de arrecadamento mensal, janeiro e fevereiro, é o total de arrecadação no orçamento de

475 2014: 1.267.000,00. Então sobre esse valor, janeiro corresponde a vinte e dois por cento.
476 Então com base nesse valor a gente tem evolução mês a mês. Aqui janeiro, aqui fevereiro,
477 março abril, maio, junho. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** lembrou que haverá Copa do
478 Mundo e que é interessante observar o reflexo do mercado na arrecadação de junho e julho.
479 O conselheiro **André Abe** questionou se há previsão de revisão orçamentária, de três em três
480 meses. O presidente **Tito Carvalho** informou que o CAU pode fazer revisão orçamentária e
481 que está se construindo tendência para fazer um planejamento, uma revisão mais real.
482 Lembrou que o CAU/ES realizou um concurso, tem que contratar pessoal, e precisa saber
483 quantos podem ser contratados, neste caso é fundamental conhecer a Receita. O conselheiro
484 **Eduardo Pasquinelli** pergunta quanto o CAU/ES arrecadou nos primeiros meses de 2014. A
485 coordenadora administrativa e financeira **Wiviane Lombardi Broco** informou que foi R\$
486 395.225,00. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** perguntou quantos por cento representa em
487 cima da arrecadação que se espera para o ano. A coordenadora administrativa e financeira
488 **Wiviane Broco** informou que é 31%. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** perguntou como se
489 chegou a essa arrecadação de 2014. A coordenadora administrativa e financeira **Wiviane**
490 **Broco** explicou que o CAU/BR fez a projeção do orçamento de 2014 com base na
491 arrecadação de 2013 mais a previsão de crescimento de 2014, que foi em torno de 10%. O
492 conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** ressaltou que vai ser interessante ter dados para
493 se trabalhar e que a partir de um ou dois anos já se pode verificar uma tendência, mas que é
494 preciso ter um histórico para trabalhar os dados estatisticamente. Então é muito interessante
495 não só para ter um controle financeiro, mas para ter uma resposta imediata das ações que
496 estão sendo feitas. Se aquilo está se revertendo de fato em um ganho ou não. Ou até nas
497 questões que precisam ser trabalhadas com mais detalhe, como a publicidade e as futuras
498 ações e campanhas que podem ser associadas ao mês com menor arrecadação. O presidente
499 **Tito Carvalho** lembrou que os vídeos no ano passado foram feitos em caráter urgente porque
500 o CAU/ES precisava fazer algum tipo de comunicação. Informa que para o Conselho contratar
501 comunicação é muito difícil. Acrescenta que não esperava que a arrecadação em parcela
502 única das anuidades fosse tão alta. É um dado interessante. O conselheiro **Eduardo**
503 **Pasquinelli** perguntou se nos próximos meses o gráfico vai ter um ascendente. A
504 coordenadora administrativa e financeira **Wiviane Broco** informou que pode ter esse
505 ascendente ou se manter. Que a tendência é nesse gráfico, nos próximos meses, diminuir a
506 arrecadação da anuidade e aumentar a arrecadação de RRT, ficando equilibrados. 69%
507 efetuou o pagamento em uma parcela. Por isso teve esse crescimento alto em janeiro. O
508 presidente **Tito Carvalho** destacou que 20% parcelou a anuidade em cinco vezes. E em duas,
509 três e quatro vezes foi um grupo pequeno. Se 70% pagou à vista então é um CAU viável. A
510 coordenadora administrativa e financeira **Wiviane Broco** informou que de quase dois mil
511 profissionais, 1063 pagaram ou parcelaram. E que é preciso saber que postura será adotada

512 para cobrar estes profissionais que não fizeram nenhuma das duas opções. A chefe de
513 gabinete **Márcia Angeli** informou que o CAU/BR já está cobrando. O presidente **Tito**
514 **Carvalho** esclareceu que o CAU/ES não sabia que o CAU/BR já estava fazendo cobrança. E
515 que é um volume muito expressivo. Que no ano passado havia inconsistência de várias
516 ordens. E que são 900 profissionais que estão exercendo a profissão e não estão em dia com
517 a anuidade. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** comentou que outra questão
518 interessante de poder trabalhar com dados é que você pode fazer esse paralelo dessa análise
519 com aquele perfil que foi levantado. Então lá no perfil coloca que quase 90% dos profissionais
520 exercem profissão. Então se você confrontar essa questão aqui, um dado não está batendo
521 com outro. Questionou como 90% podem estar exercendo a profissão se somente 60% estão
522 pagando. Destacou que o presidente Tito Carvalho e o conselheiro Jose Carlos Loureiro
523 sempre questionaram o CAU/BR que para trabalhar, gerenciar qualquer coisa, são
524 necessários dados. Agora você começa de fato a ter dados e cruzar as informações para
525 gerar esse tipo de análise. A conselheira **Aparecida Borges** disse que o arquiteto que está
526 trabalhando na área de educação devia ser analisado na pesquisa. Porque provavelmente ele
527 está trabalhando e não está recolhendo a anuidade. O conselheiro **José Carlos Neves**
528 **Loureiro** acredita que são 12%. O presidente **Tito Carvalho** destacou que as pessoas não
529 percebem que o CAU vai poder fazer mais coisas se tiver estrutura física. O conselheiro
530 **Eduardo Pasquinelli** sugeriu que seja feita uma pesquisa com esses 900 profissionais para
531 descobrir porque que eles não estão pagando a anuidade, se já aposentaram ou desistiram
532 da profissão. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** disse que é preciso informar aos
533 arquitetos e urbanistas que, caso não exerçam a profissão, precisam fazer a suspensão do
534 registro, senão precisam arcar com a Contribuição Sindical. E muitos estão reclamando que
535 não querem pagar a taxa. O conselheiro **André Abe** lembrou que muitos pagavam o CREA,
536 mas quando foi criado o CAU lembraram que não exercem a profissão. No caso da educação,
537 o Reitor Silvio Ramos pediu para participar do esforço para que os professores passassem a
538 pagar o Conselho, o que inclusive era obrigatório por Lei. Mas existe um respaldo legal que
539 os professores não precisam participar de Conselho nenhum. E existe uma confusão feita
540 entre sindicato e Conselho. E que segundo ele os professores são sindicalizados aos
541 Sindicatos dos Professores e não precisam pagar Conselhos. O conselheiro **Eduardo**
542 **Pasquinelli** resumiu que no final das contas é preciso estabelecer alguns critérios e elaborar
543 uma campanha de regularização desses profissionais. O presidente **Tito Carvalho** disse que
544 essa e outras questões estão sendo possíveis de ser identificadas em virtude dos relatórios
545 gerados pelo SICCAU. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli** questionou se o contrato de
546 locação da sede do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Espírito Santo - IAB/ES
547 continua após a mudança definitiva do CAU/ES para a Casa do Arquiteto. O presidente **Tito**
548 **Carvalho** informou que o CAU não pode manter dois aluguéis sem uma justificativa. **ITEM X**

549 **– Inauguração da Casa do Arquiteto** – O presidente **Tito Carvalho** informou que solicitou
550 este ponto de pauta para que as ações fossem pensadas em conjunto. E sugere que a
551 coordenadora de fiscalização e relações institucionais Ana Lucia Reis possa ajudar a tocar
552 esse projeto. Uma das questões é o retorno que tem que ser dado aos parceiros que fizeram
553 investimento. **ITEM XI – Outros assuntos** – O conselheiro **André Abe** disse que o IAB/ES
554 passou por um processo de convocação eleitoral, mas que não apareceu nenhuma chapa. E
555 que com a prorrogação das inscrições do Concurso Orla Noroeste até 12 de junho de 2014,
556 e o mandato prorrogado da diretoria do IAB/ES terminando no dia 8 de junho de 2014, no
557 discurso do Instituto estaria alguém que não foi registrado no cartório, mesmo que não tenha
558 a chapa. E que faz um apelo para que seja divulgada a abertura para formação de chapas
559 para que haja inscrições. A conselheira **Aparecida Borges** registra matéria veiculada no
560 jornal Bom Dia Brasil hoje sobre uma NBR 16280 que vai entrar em vigor a partir do dia 18 de
561 abril de 2014. Que essa norma foi elaborada em decorrência de várias obras que andaram
562 caindo. E que ela diz que é obrigatório existir um responsável, arquiteto ou engenheiro para
563 realizar obra. Sugeriu que caso o CAU/BR não adquira e disponibilize que o CAU/ES compre
564 essa NBR para acesso. O presidente Tito Carvalho disse que o CAU/BR tem um convênio
565 com a ABNT e que o CAU/ES vai ter direito a dois acessos para consulta online de normas.
566 A conselheira **Aparecida Borges** ressaltou que as normas técnicas custam caro e existem
567 muitas, não dá para adquirir todas. Mas que essa parece ser muito importante, porque cria
568 mais uma condição para fazer com que a profissão seja respeitada. **ITEM XII – Encerramento**
569 – o presidente **Tito carvalho** agradeceu aos presentes e não havendo outros assuntos a
570 serem tratados, declara encerrada a 17ª Sessão Plenária do CAU/ES. Para constar, eu,
571 **Joana D’Arc do Sacramento Araújo**, que após ouvir a gravação, lavrei a presente Ata, que
572 será assinada por todos os conselheiros no exercício da titularidade, para que reproduza os
573 efeitos legais.

Vitória, 25 de março de 2014.

Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho**
Presidente do CAU/ES

Joana D’Arc do Sacramento Araújo
Responsável pela transcrição da Ata

Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Aparecida Maria da Silva Borges**
Conselheira Suplente no Exercício da
Titularidade do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Pasquinelli Rocio**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eliomar Venâncio de Souza Filho**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Leandro Camatta de Assis**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**
Conselheiro Titular do CAU/ES